

# Superior Tribunal de Justiça

## HABEAS CORPUS Nº 548.590 - PR (2019/0356962-2)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ  
REGINA YURICO TAKAHASHI - PR013315  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : GILMAR DE OLIVEIRA FORTES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Gilmar de Oliveira Fortes**, apontando-se como autoridade coatora a Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná (Agravo em Execução Penal n. 0013894-65.2019.8.16.0031).

Narram os autos que o paciente sofreu três condenações: na Ação Penal n. 0005778-70.2019.8.16.0031, foi condenado a 13 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão, pela prática do crime de roubo circunstanciado e roubo qualificado pelo emprego de arma de fogo; e a 8 meses e 22 dias de detenção como incurso no art. 329, *caput*, do Código Penal. Foi fixado o regime inicial fechado. Na Ação Penal n. 0000284-20.2008.8.16.0062, foi condenado a 4 anos e 8 meses de reclusão, pelo crime previsto no art. 157, § 3º, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal, em regime inicial semiaberto. Por último, na Ação Penal n. 0000210-63.2008.8.16.0062, foi condenado a 12 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime de homicídio qualificado.

O Juízo da Vara de Execuções Criminais da comarca de Guarapuava/PR (Autos n. 0019402-08.2008.8.16.0021) determinou o somatório das penas impostas ao paciente, perfazendo um total de 31 anos, 4 meses e 2 dias de reclusão, dos quais remanescem 20 anos, 3 meses e 3 dias de reclusão a serem cumpridos no regime inicial fechado.

Inconformada, a defesa interpôs agravo em execução penal, ao qual o Tribunal *a quo* negou provimento.

Daí o presente *mandamus*, em que a Defensoria Pública sustenta que, *na necessária observação do caput do art. 33 do Código Penal, a pena de detenção não comporta cumprimento em regime fechado, de forma que não pode ser utilizada para o cálculo da fração exigida para a progressão do regime fechado ao semiaberto* (fl. 7).

# Superior Tribunal de Justiça

Destaca que a alteração é de 1 mês e 13 dias em que o Paciente estaria cumprindo pena em regime fechado em razão da sua condenação a uma pena de detenção, a qual não é compatível com o regime fechado, levando à conclusão de que o cumprimento de 1 meses e 13 dias de pena de detenção em regime fechado seria medida frontalmente ilegal (fl. 8).

Requer, inclusive liminarmente, a reforma do Relatório de Situação Processual Executória do sistema Projudi do Tribunal de Justiça do Paraná, para aplicar a fração de 1/6 para a progressão ao regime semiaberto somente levando em conta a pena de reclusão (fl. 17).

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Na espécie, contudo, o constrangimento não se mostra com a nitidez imprimida na inicial, estando a exigir um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo do *writ*.

Ante o exposto, **indeferir** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da Vara de Execuções Criminais da comarca de Guarapuava/PR (Autos n. 0019402-08.2008.8.16.0021) acerca da situação do paciente.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator